

ATA NÚMERO 11

Sessão Ordinária de 22 de setembro de 2023

----- Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas e trinta minutos, com a seguinte ORDEM DO DIA:-----

- 1.-**Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento. -----
- 2.-**13.ª Modificação Orçamental - 4ª (Revisão) aos Documentos Previsionais do Ano 2023** – (Registo n.º 7978/2023/09/13). -----
- 3.-**3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2023** - (Registo n.º 17175/2023/07/18).-----
- 4.-**Alterações à estrutura orgânica dos Serviços do Município de Amarante**
– Abono de despesas de representação – Designação de júri de recrutamento - (Registo n.º 6834/2023/08/02). -----
- 5.-**Contrato de Gestão de Eficiência Energética n.º 42/2019** – Repartição de encargos em mais que um ano económico – (Registo n.º 20036/2023/08/29). -
- 6.-**Regulamento Municipal do Programa de Arrendamento Acessível** - (Registo n.º 5214/2023/06/20). -----
- 7.-**Alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante** - Voluntariado jovem - (Registo n.º 7962/2023/09/13). -----
- 8.-**Ampliação do Cemitério da Freguesia de Telões** – Afetação de parcelas de terreno ao domínio público municipal - (Registo n.º 10135/2023/05/02). -----
- 9.-**“Sonorgás - Sociedade de Gás do Norte, S.A.” - Autorização para alienação de ações** – Registo n.º 21307/2023/09/13). -----

----- -- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como Primeiro Secretário, e Sara Moreira Machado, como Segunda Secretária. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros: -----

----- Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, André da

Silva e Ribeiro e Costa Magalhães, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Sara Moreira Machado, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Carlos Alberto Freitas Miranda, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, José Augusto Oliveira Araújo, Miguel André Carvalho Varejão, José Luís Mesquita Peixoto, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Sandra Patrícia Nogueira Costa e Joaquim Augusto Teixeira.-----

----- Presidentes de Junta de Freguesia: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Luís Carlos Costa Dinis, em substituição de Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho; União das Freguesias de Olo e Canadelo - Marta Marinho; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro; e Freguesia de Vila Meã – Lino Manuel Macedo. ----

----- Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Miguel André Carvalho Varejão), João Carlos Santos Leite (substituído por José Luís Mesquita Peixoto), Carlos António Silva Carvalho (substituído por Inês Brochado Marinho Bastos Batista), Simone Guedes Oliveira (substituída por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Rui Pedro Barreira Morais (Pedro Manuel Pinto Ribeiro), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por Sandra Patrícia Nogueira Costa), Zita Graça Teixeira Pereira (substituído por Joaquim Augusto Teixeira), Presidente da Junta de Freguesia de Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva (substituída por Luís Carlos Costa Dinis); Presidente da Junta de Freguesia de Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Presidente da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Américo

Paulo da Silva Ribeiro (substituído por Sara Eliana Peixoto Gonçalves). -----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Manuel Alexandre Machado Oliveira e Ana Cristina Torres Varejão dos Reis. -----

----- Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte e uma horas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, passando-se imediatamente ao -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- De imediato, nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 10, respeitante à sessão ordinária de 30.06.2023, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. -----

----- A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista, pediu para corrigir um lapso na parte da sua intervenção, a página 17, onde citou um provérbio francês. Assim, o texto deverá ser alterado para "*Il ne faut pas vendre la peau de l'ours avant de l'avoir tué*" (não se pode vender a pele do urso sem antes o ter matado).-----

----- O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista, pediu para corrigir a frase da intervenção que proferiu, constante da página 14, onde deverá ler-se "tem uma visão do século passado, quando já estamos com duas décadas do século XXI". -----

----- Depois de efetuadas as correções, procedeu-se à sua votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as: Cândido Augusto Pires Zoio, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Sara Moreira Machado, Carlos Marques da Silva Macedo, Sandra Patrícia Nogueira Costa, Presidente da Junta de Fregim – Sandra Castro Fraga; Presidente da Junta de Freguesia de Gondar – Hugo Vaz, Presidente da Junta da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea - Henrique Jorge Monteiro; Sara Gonçalves, vogal da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão; Presidente da Junta da União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho; Presidente da Junta da União das Freguesias de Olo e Canadelo - Marta Marinho; Presidente da Junta da Freguesia de Vila Meã – Lino Manuel

Macedo. -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento. -----

----- De seguida, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o senhor presidente da Assembleia Municipal leu uma proposta de voto de pesar, subscrita por todos os grupos municipais, do seguinte teor:-----

-----"VOTO DE PESAR -----

----- Os Grupos Municipais e o Membro Independente da Assembleia Municipal de Amarante, propõem um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Monsenhor Manuel Clemente Teixeira.-----

----- Nascido em Lufrei, terminada a instrução primária, aos onze anos, Monsenhor Clemente ingressou no Seminário de Trancoso, em Gaia. Frequentou ainda o Seminário de Vilar e, finalmente, o Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição, no Porto, onde foi ordenado sacerdote a 19 de outubro de 1952, por D. António Ferreira Gomes. Além de Capelão da Santa Casa da Misericórdia de Amarante, foi também pároco durante muitos anos nas paróquias de Candemil e Ansiães, além de Capelão do Hospital de São Gonçalo. -----

----- Figura inolvidável de Amarante, o seu percurso fica para sempre marcado pelo trabalho notável que desenvolveu enquanto responsável máximo pelo Colégio de São Gonçalo, pelo exemplo de amor ao próximo e pela integridade e retidão com que sempre desempenhou os múltiplos papéis que lhe foram sendo confiados: professor, diretor, pároco, amigo, confidente e sobretudo ser humano. -----

----- Enquanto Amarantinos, devemos lembrar que foi pela sua mão que o Colégio de São Gonçalo se tornou numa instituição de referência regional e nacional. Acolhe, e acolheu ao longo da sua história, alunos, professores e demais colaboradores, oriundos não só de Amarante, mas também de outras geografias. É inegável o contributo que a instituição teve, e tem, no reconhecimento de Amarante e que resulta, diretamente, da marca de Monsenhor Clemente enquanto seu responsável. -----

----- De uma verticalidade irrepreensível e de uma bondade inigualável, Monsenhor Clemente era conhecido pela palavra amiga, sorriso afável, olhar atento e mão generosa com que sempre acolheu todos aqueles que o procuravam, em especial os mais frágeis e necessitados, sendo este um dos seus maiores legados.

Monsenhor Manuel Clemente será para sempre recordado pela sabedoria e humildade com que soube desempenhar o dom maior que lhe foi confiado, reservado apenas aos grandes humanistas: tocar de uma forma única a vida de

todos aqueles que com ele se cruzaram, fazendo efetivamente a diferença em todos eles! -----

----- Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

- - Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento;-----
- - Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;-----
- - Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.-----

----- Amarante, 22 de setembro de 2023."-----

----- Submetido a votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal. -----

----- Foi cumprido um minuto de silêncio, na sequência da aprovação do voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Manuel Clemente Teixeira. -----

----- Seguidamente, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Venho fazer esta intervenção porque, infelizmente, mais um ano letivo começou e os nossos alunos sem resposta de atividades de enriquecimento curricular. Uma situação agravada pela externalização desse serviço e a degradação das condições de trabalho dos profissionais que fazem essas atividades. O PS continuará a defender um modelo de atividades de enriquecimento curricular que sejam efetivamente enriquecedoras para os nossos alunos, dando igualdade de oportunidades a todos. Para isso ser concretizado só com uma alteração do modelo, que deve ser debatido com os parceiros da nossa rede associativa, aproveitando as suas mais-valias, defendendo a dignidade dos profissionais das atividades de enriquecimento curricular e que coloque o aluno no centro de todo o processo. E com isto estabilizamos todos os inícios dos anos letivos, o que não tem acontecido até agora. Como sabemos, são atividades de enriquecimento curricular que se realizam após as atividades curriculares do primeiro ciclo do ensino básico, tendo como objetivo complementar a formação das crianças em diferentes áreas, como o desporto, as artes, a ciência, a tecnologia, promovendo o seu desenvolvimento integral e a sua ligação ao meio envolvente. São importantes porque permitem às crianças desenvolver outras competências e interesses que não são abordados no currículo escolar e ainda contribuem para a promoção de novas áreas de conhecimento. Com o modelo que defendemos, podemos ainda empoderar as

associações de caráter desportivo e cultural. Em complemento, sabemos que são importantes para as famílias que trabalham, garantindo um acompanhamento pedagógico e lúdico das crianças, até às 17h30. Assim, questiono a Exma. Câmara para quando está previsto o início das atividades, atendendo a que o ano letivo já iniciou? E quando vai ouvir o Partido Socialista, relativamente a esta matéria, para estabilizar nos próximos anos letivos e criar confiança nas famílias neste serviço?" -

----- **O senhor deputado Pedro Ribeiro, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Eu venho aqui abordar um tema e que é um problema que existe na rua Central, freguesia de Olo, no conhecido muro das freiras, onde houve uma derrocada, no ano de 2018, que, por sorte, não causou estragos maiores, senão a interrupção da estrada principal. Mas, no entanto, é necessária uma intervenção por parte da Câmara Municipal, porque há, neste momento, um elevado risco de nova derrocada. E sabendo eu que o muro é de privados, que a Junta de Freguesia fez e tem feito pressão para a resolução desta situação e que existem procedimentos que o Município tem que seguir neste tipo de situações, a questão que lhe coloco, senhor Presidente, é quando vai a Câmara Municipal intervir e qual é o ponto de situação? Eu recordo que, neste momento e desde há cerca de um ano, um ano e meio, não sei os dias precisos, uma das vias da estrada principal está cortada e eu compreendo que assim seja para garantir a segurança rodoviária das pessoas, mas, no entanto, com o passar do tempo, torna-se mesmo inaceitável e intolerante para a população estar nesta situação, tanto tempo. A verdade é que o tempo passa, a estrada está neste momento cortada numa das vias, o que faz com que haja menos visibilidade para quem a utiliza, porque é uma zona até com curva. Estamos a caminho de mais um inverno e já passou demasiado tempo sem resolver esta situação." -----

----- **O senhor deputado André Magalhães, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Eu começaria, antes de mais, até para reforçar aquilo que já foi dito antes, sobre um tema que, para nós, é fundamental e acho que deve unir todas as bancadas, que é o tema da educação. É verdade que o Dr. Cândido Zoio fez questão de mencionar melhorias que, não só o Partido Socialista acredita que devem ser feitas, mas também melhorias que nós acreditamos que devem ser incrementadas e que devem ser feitas, ano após ano. Eu gostaria também de fazer só duas referências que acho importantes. Primeiro, dizer que, ao longo dos anos, aquilo que tem sido o trabalho feito no planeamento das AEC's tem sofrido, ano após ano, várias melhorias que nós podemos listar; se recuarmos há uns anos

atrás, com a coligação Afirmar Amarante houve um reforço do investimento nesta matéria e também houve o alargamento de várias áreas de intervenção. O que convém dizer, hoje em dia, é que a dinâmica das atividades extracurriculares é muito mais ampla e muito mais completa do que aquilo que tínhamos há relativamente pouco tempo e isso é fruto do trabalho de planeamento, de reflexão, de melhorias contínuas. Mas também é importante dizer outra coisa: se há vários defeitos e há vários problemas - eu diria antes, muitos desafios que a educação enfrenta no concelho de Amarante e na região -, a verdade é que é muito mais complicado ou desafiador o facto de nós querermos muitas vezes elaborar um trabalho de base municipal, para termos uma educação de qualidade, e nos deparamos com um sistema, ao nível da gestão nacional, que apresenta vários indicadores de precariedade. Desde a colocação dos professores à falta de salvaguarda dos vários níveis de ensino. Se virmos os dados recentes sobre o pré-escolar, nomeadamente, os infantários, a situação é realmente caótica ou, pelo menos, bastante preocupante, a nível nacional. E isto é um desafio muito grande quando temos de trabalhar nas políticas municipais, mas é, sem dúvida, um desígnio estarmos numa melhoria contínua. Todos nós nos reunimos em torno desse propósito, pena é que, ao nível de uma política nacional, ainda temos muitas fragilidades, em que nós não conseguimos, muitas vezes, ver uma evolução significativa, que há muitos anos ambicionamos. Mas, hoje, a minha grande motivação para fazer esta intervenção não se prende com o tema da educação, mas com o facto de estarmos numa semana particularmente feliz para o Município de Amarante, porque foi exatamente no início desta semana que nós assistimos àquela que foi a inauguração de um projeto e de um equipamento que, há muito, era desejado e muito ambicionado por todos amarantinos. Um espaço emblemático do concelho de Amarante, que muitos amarantinos queriam ver revitalizado, pela sua história e pelo que representou ao longo dos anos. Foi um espaço cultural durante muitas décadas e que havia o desígnio de poder ser novamente um espaço de referência na política cultural. E quando estamos ainda no tempo da sua inauguração, acho que há vários pontos que devem ser realçados. O primeiro, é que estamos perante o cumprimento daquilo que era um desígnio, um projeto que tinha sido anunciado e, se calhar, até fazendo um bocadinho a retrospectiva e não falando daquilo que antecedeu a coligação Afirmar Amarante, este foi claramente assumido no primeiro mandato da coligação. Foi anunciado e logo foram dados os primeiros passos, muito importantes, que vieram desbloquear parte deste processo, se calhar até com algumas discordâncias sobre a abordagem e sobre as decisões que tomamos sobre o projeto. No segundo mandato da coligação, houve o firmar

da evolução da obra, garantir que ela poderia ocorrer com todos os procedimentos que salvaguardariam o chegar a um bom porto e à sua execução. Mas, acima de tudo, neste terceiro mandato, podemos ver mais uma obra, que é mais um projeto e um compromisso desta coligação a ser materializado e a ser uma realidade para todos os amarantinos. E ao falar do projeto do Cine-Teatro é importante falar de duas dimensões. Por um lado, é preciso falar da aposta cultural para o Concelho de Amarante. É verdade, estamos a falar de um equipamento que está no centro de Amarante, é emblemático e é estratégico, por vários motivos. Por exemplo, eu posso recordar que, em 2017, quando fizemos a candidatura a cidade criativa da UNESCO, havia um compromisso assumido de que, num prazo de oito anos, haveria um conjunto de investimentos que o Município se comprometia a fazer, sendo um deles a construção do Cine-Teatro. Em seis anos, essa meta foi cumprida. Estamos a falar que não é uma coisa de agora. Felizmente, desde o primeiro momento, desde 2013, a aposta no setor cultural é uma coisa que tem sido uma marca da coligação Afirmar Amarante, por variadas formas, desde os vários projetos, vários investimentos, quer em equipamentos culturais, quer também programas e eventos e muitas outras coisas que nos ajudam a potenciar o nome de Amarante. E este, em concreto, tem várias potencialidades. Gostaria de começar por destacar a possibilidade de darmos ao cidadão amarantino uma programação cultural que combate a sazonalidade, combate algumas limitações que, em alguns momentos do ano, não nos permitia dar essa oferta cultural eclética para o cidadão amarantino. Isto é altamente relevante, até porque a aposta em vários outros momentos do ano será mais fácil. Pela diversidade, pela possibilidade de termos várias formas de expressão artística e não só através deste equipamento, o apoio fundamental que é feito à comunidade artística em Amarante e daí dar a nota de louvor pela forma como foi feita a sessão de inauguração, nomeadamente, ao fazê-lo com a Orquestra do Norte e dois artistas amarantinos. Isto é, sem dúvida, símbolo do apoio que pode ser dado à nossa comunidade artística. E, por fim, ainda sobre esta temática, o facto de estarmos a cumprir esta visão, que não é de agora, não foi só em 2023 que pensamos em apostar na cultura, é um desígnio, temos vários marcos que nos ajudam. E o projeto na área da UNESCO é mais um deles, que nos ajuda a dar corpo a isso. Eu terminaria com outro aspeto que acho que é fundamental - e aqui se calhar vou-me ancorar nas palavras do senhor Presidente da CCDRN -, é o facto de que esta não é simplesmente uma aposta de base cultural, é uma aposta muito mais ampla do que isso, é um projeto concretizado através de um aproveitamento racional daquilo que eram as oportunidades dos fundos comunitários. Uma leitura da cidade e do

concelho muito mais integrada. A partir daquele espaço, podemos ver vários exemplos disso: podemos ver uma revitalização das margens do rio, podemos ver projetos de mobilidade, podemos ver monumentos recuperados com um apoio financeiro do Município de Amarante, podemos ver um conjunto de intervenções que dizem que Amarante está a ser transformada e está a ser transformada para melhor. E, portanto, não é simplesmente uma aposta cultural, mas sim uma visão integrada que temos do concelho e que, ao longo dos últimos dez anos, tem-nos permitido concretizar muitos daqueles que foram os projetos estratégicos, com os quais nos comprometemos. É verdade que há muitas coisas ainda para concretizar, certamente muitas outras coisas que queremos fazer. Mas, para aqueles que certamente levantam essa questão das outras prioridades que temos de enfrentar, se calhar lembrar a maneira como comecei esta menção sobre o Cine-Teatro: é uma obra cumprida, foi uma promessa, um desígnio a que nos propusemos. Portanto, também com a mesma vontade, com a mesma determinação e também com a mesma capacidade de execução, estamos para cá para cumprir muitos outros projetos e muitas outras conquistas para Amarante e, por isso, a nossa felicitação ao Município e ao executivo camarário.”-----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Ouvindo o que aqui foi dito, não podia deixar de vir aqui e, se calhar, citar o senhor Presidente e pôr-me no lugar dele: *Meus senhores, as grandes obras são feitas ao longo do tempo, o Partido Socialista deixou-nos um projeto para avançar. Eu, por acaso, não estava muito interessado nele, queria fazer um anfiteatro ao ar livre, com vinte mil lugares. Isto no governo do PSD, em 2013, dito em campanha eleitoral. Mas depois pensei, é um projeto que realmente deve avançar, mas vou cortar umas pequenas coisas. Vou cortar a residência artística da Orquestra do Norte, vou cortar o fosso, mas a obra vai para a frente.* E foi, ou é, uma obra bem-vinda. É uma obra que o PS sempre desejou. Deixou um projeto, em 2011, para 2013, portanto, gostaria que o PSD dissesse que o PS teve alguma coisa a ver com este projeto. A verba não foi direcionada para o anfiteatro, foi redirecionada para o Cine-Teatro. E não foi no parque florestal, contígua à quinta, que já tinha tudo para avançar. Não sei se se lembram dessa campanha, em 2013. Por acaso, vi as declarações e posso-as fazer chegar. E, portanto, como diz o povo, águas passadas não movem moinhos e o que interessa agora é que este Cine-Teatro dê corpo àquilo que é importante para a Cultura, em Amarante, e que o Concelho se desenvolva. Deixo aqui uma nota ao senhor Presidente da Câmara e um pedido, que a Orquestra do Norte, depois daquele magnífico espetáculo, na inauguração,

se mantenha mesmo em Amarante e tenha essa força junto dos parceiros para a manter cá e que utilize muitas vezes o Cine-Teatro. Também quero deixar só mais esta nota, certamente que o senhor Presidente está a fazer projetos, tal como o PS os fez, na altura, para os deixar para serem executadas e o senhor Presidente também vai fazer ou deixar projetos para o PS, nas próximas eleições autárquicas, os concretizar. E nós teremos uma postura correta, iremos agradecer o facto de nos ajudarem, também, a construir Amarante, porque Amarante é todos e não é só do PSD.” -- -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “De alguma forma, o meu camarada Cândido Zoio antecipou-se nalgumas coisas que eu queria falar e só tomei a iniciativa de falar agora, depois de auscultar a intervenção do senhor deputado André Magalhães. E começo pelo fim, por parabenizar o executivo municipal, na pessoa do Dr. José Luís Gaspar, Presidente da Câmara, pela obra que inaugurou esta semana, uma obra bem-vinda; e cumprimentar, também, o executivo do Dr. Armindo Abreu, na pessoa do Dr. Cândido Zoio, pelo trabalho de desenvolvimento que pensou, planeou e projetou, porque, de facto, é assim que, em democracia, as coisas funcionam. A política, muitas vezes, vai para além do tempo dos políticos. E quem não perceber que o seu tempo político é inferior ao tempo da política está a mais na política. E, portanto, tal como o Cândido Zoio disse, e é verdade, nós deixamos projetos, também deixamos dinheiro e contamos que, quando tomarmos conta da Câmara Municipal, a encontremos melhor do que aquela que deixamos; enfim, deixemos sempre a casa melhor do que aquela que encontramos. Acho que é esse o propósito de todos nós, que somos inquilinos e que estamos circunstancialmente nos lugares que ocupamos, os lugares políticos. Mas, já agora, dizer também, em relação a esta questão do Cine-Teatro - e eu já lá venho novamente - dizer aqui, no âmbito da intervenção do Dr. André Magalhães, que falou na questão dos projetos e do trabalho que se tem feito e do desenvolvimento; enfim, do enorme esforço que o Município tem feito na área da educação, o que é certo, e é verdade, mais uma vez, começamos o ano letivo sem as AEC's; começamos o ano letivo com a Escola de Salvador e com a Escola da Lomba a funcionarem com aquecimento a lenha, sem infraestruturas, como sabem; mais um ano letivo com a escola de Cepelos a funcionar em contentores; continuamos mais um ano letivo com o Jardim de Infância de Real a funcionar sem espaço de recreio, etc., etc., etc. E, mais uma vez, começamos o ano letivo sem ter um projeto educativo municipal; sem ter a componente de apoio à família em todas as escolas do concelho ou, pelo menos,

onde elas sejam efetivamente necessárias; sem ter acolhimento de manhã; sem ter prolongamento à tarde, quer no pré-escolar, quer no primeiro ciclo, de forma que os pais possam trabalhar e ter os seus filhos na escola pública e não tenham que pagar ao ensino particular para ter este tipo de apoios. É nisto que se faz educação e é este o papel do Município, em matéria de educação. Mas, voltando à questão do Cine-Teatro, suscitou-me aqui uma questão, que eu gostaria de perguntar, muito concretamente, ao senhor Presidente da Câmara - e mais uma vez, o parabênico pela concretização desta obra tão emblemática e tão necessária e tão ansiada pelos amarantinos. Em 2018, há cinco anos atrás, o Município de Amarante celebrou um contrato com uma empresa que se chama Simbiose - Gestão cultural, unipessoal, limitada, no valor de 91.635€. Portanto, 74.500€, mais IVA - normalmente são esses contratos para estar abaixo do limite do ajuste direto ou, pelo menos, da consulta prévia. Este contrato tinha como objeto *a aquisição de serviços em regime de avença nos projetos relacionados com a gestão cultural do território e acompanhamento de todas as fases do projeto e obra do Cine-Teatro de Amarante*. Ora, este contrato foi celebrado no mês de fevereiro de 2018, e tinha um prazo de - agora não sei dizer exatamente quantos meses é que são -, mas que terminava a 31/03/2020. Sabendo nós que o Cine-Teatro terminou as obras, recentemente, com a inauguração - e, em 31/03/2020, também já não há a desculpa da pandemia, porque terminou o contrato, mesmo na altura em que a pandemia começou a produzir seus efeitos - e tendo uma divisão de cultura que, de alguma forma, sempre fez essa programação cultural -, a pergunta é clara, senhor Presidente da Câmara, o que é que este senhor andou aqui a fazer?" -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Vou iniciar a minha intervenção com um assunto que não diz diretamente respeito à atuação do senhor Presidente da Câmara, mas espero os seus bons ofícios para a resolução deste problema, que passo a apresentar. No Largo Conselheiro António Cândido, junto ao café Príncipe, local onde não é permitido parar ou estacionar, avistam-se frequentemente viaturas, paradas ou estacionadas, impedindo, desta maneira, a circulação do trânsito. Foi precisamente o que aconteceu no último mês de agosto, em que um autocarro de passageiros ficou bloqueado no referido local, interrompendo a circulação de viaturas, em mais de quinze minutos. Tal situação agravou-se, entretanto, com a chegada de uma viatura do INEM, ficando esta presa na fila de trânsito que se formou. Solicito a sua intervenção, no sentido da resolução deste constrangimento, que não é uma situação pontual, mas, sim, habitual. Em reunião deste órgão do mês de abril de

2023, questioneei o senhor Presidente da Câmara se a Avenida General Silveira iria ter trânsito. O senhor Presidente remeteu para setembro do corrente ano uma decisão sobre esta matéria. Estamos no final do mês de setembro e inaugurado que está o Cineteatro, que se localiza na mesma rua, faço novamente a mesma pergunta: a referida avenida vai, ou não, ter trânsito?-----

----- **O senhor deputado André Magalhães, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Eu gostava de complementar o que já foi dito aqui, é verdade que todo o trabalho político é um trabalho de continuidade. E a coligação Afirmar Amarante herdou muitas coisas do Partido Socialista, muitas positivas e muitas negativas. E há algo da nossa conduta, de que nos orgulhamos muito, que, ao longo destes anos todos, não só o senhor Presidente da Câmara, não só os vereadores da coligação Afirmar Amarante, não só os membros desta Assembleia Municipal, fizeram questão, em diversos momentos, de mencionar muitas das coisas positivas que foram feitas, mas também afirmar aquelas de que discordamos. E vou dar um exemplo muito concreto, o que evidenciou aqui das alterações do projeto do Cine-Teatro. Nós fizemos alterações, discutimo-las, fundamentamos as mesmas e estamos convictos que foram as alterações corretas, por variadíssimos motivos. Gostaríamos de ter tudo em todo o lugar, em todas as condições, sempre no máximo das suas potencialidades. Mas, eu questionar-me-ia, que custos teria? Não estou a falar da prática, das funcionalidades, mas, que custo teria mais, se não tivéssemos feito as alterações que nos permitiram poupar várias centenas de milhar de euros em alguns destes equipamentos que, segundo o estudo da sua ocupação, seria residual. Por exemplo, o fosso para a orquestra - nem estou a falar da residência -, para podermos ter espetáculos que o utilizassem, o mesmo teria uma utilização muito residual para o tipo de investimento que teria de ser feito. Isto é uma linha, a gente pode discuti-la - e nós estamos perfeitamente à vontade para discuti-la, já o fizemos várias vezes, em vários momentos, e defendemos a posição que tivemos. Mas, há uma coisa que, para nós, é certa, com toda a ponderação que nos é possível, com a ambição de tornar Amarante uma referência, nós escolhemos para aquele espaço e para aquele equipamento as principais características que possam fazer dele um equipamento diferenciador e de acordo com as necessidades que o concelho tem, para que nós possamos sair mais reforçados, em termos da nossa oferta cultural e daquilo que são também as necessidades da nossa comunidade artística. Dizer ainda, que também nos orgulhamos, não só da gestão de um investimento ou de um projeto, mas de toda a gestão que é feita na Câmara. E, portanto, de uma coisa temos a certeza, é que,

quando um dia a coligação Afirmar Amarante, ou os partidos que a representam, deixarem um legado para que outros possam dar continuidade, estes encontrarão uma casa em muito melhores condições do que nos deixaram. Em vários sentidos: em modernização de serviços, em equipamentos, em coisas que foram recuperadas, num posicionamento em que, agora, é mais fácil trabalhar, para fazer com que o concelho seja um melhor espaço para viver, para trabalhar e para visitar. Esta é a nossa convicção e é por isso que vamos trabalhar todos os anos. E, voltando ainda à temática da educação, sem dúvida, continua a ser uma preocupação e muitos têm sido os esforços do Município. E aqui vê-se a diferença de posição. Estavam a criticar, a dizer que nós não relembramos os contributos que são dados pelo Partido Socialista, ao longo dos anos, que podíamos construir em cima deles, mas o executivo camarário tem feito vários investimentos, vários trabalhos na área de educação, que nunca são mencionados aqui, que nunca são lembrados em nada. Até os projetos estratégicos, seja na educação, seja na cultura, não são sequer mencionados e podia-me lembrar de vários. Foi mencionado, há bocadinho, que tivemos, em 2017, uma distinção como cidade criativa da UNESCO e lembro que, na Assembleia Municipal que se seguiu, não houve uma única menção por parte do Partido Socialista sobre esta nomeação. Portanto, estão a queixar-se de que nós não nos lembramos de uma coisa que aconteceu há doze anos atrás, ou há 20 anos atrás, e não são capazes de reconhecer o esforço que é feito atualmente na educação, na cultura, no desporto, no desenvolvimento económico. Por isso, não me parece, de todo, que seja justa a acusação ou o ataque que é feito. E termino com uma nota: para além do trabalho que o Município tem de fazer pela educação, pela cultura, por todas as outras áreas, também é de notar a quantidade de vezes que o Município se tem substituído ao estado central, em todas estas áreas de obras e de investimentos que têm de ser feitos e que, se não fosse o Município de Amarante, ora pelo quartel da GNR, ora pelas unidades de saúde, ora pelas estações de comboios, ora pelas passagens de nível, ora por muitas outras coisas, hoje a situação seria muito frágil para o concelho de Amarante. E só não o é porque temos um executivo que está atento, que está próximo e que quer agir em todo o concelho, para todos os amarantinos, não só para os sociais democratas, mas para todos os amarantinos. E isso é algo que nos orgulha e é algo que vai pautar toda a nossa herança deixada no concelho de Amarante e na Câmara Municipal.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu não queria vir aqui, mas pensei que hoje fosse um dia alegre para

Amarante. Pensei, francamente, e realço o senhor Dr. Torcato, ao dar os parabéns à nossa Câmara pela inauguração do Cine-Teatro. Muito bem, senhor deputado, na minha opinião é uma grande atitude. O senhor Dr. Cândido Zoio nem sequer deu os parabéns à Câmara Municipal, porque lhe deve custar, com certeza, não sei. Eu pensei que, relativamente ao Cine-Teatro, viessem aqui, a seguir à sua inauguração e à forma como ela decorreu, pelo menos algum deputado do Partido Socialista, ou o líder da sua bancada, dar os parabéns à Câmara Municipal, por um investimento tão relevante para a nossa terra, que vai projetar ainda mais a nossa marca de Amarante, quer a nível regional, quer até a nível nacional. Que foi elogiado por todos, inclusive pelo senhor Ministro da Cultura, do governo socialista, que esteve cá; pela importância que ele deu a isto, um ministro que elogiou este empreendimento. Mas não, os senhores deputados do PS vieram buscar o projetinho. E o senhor deputado vem falar do projeto? Já estamos fartos dele. Eu também tenho muitos projetos para fazer, mas o problema é fazer. Como diz o vosso, o nosso, primeiro-ministro, *eu sou um fazedor*. E o Dr. José Luís Gaspar também é um fazedor, ponto final, parágrafo! Vocês podem vir com os projetos, mas de projetos está o mundo cheio, senhor deputado. O senhor Dr. Armindo Abreu deixou um projeto, sabe? Olhe, eu cansei-me, desde 2000, pelo menos, de ver nos orçamentos, fazer o Cine-Teatro, todos os anos, de 2000 a 2013. E o que é que fizeram, afinal? O projeto! Ora, o projeto até eu fazia e não sou engenheiro. Ou mandava fazer, era um ou dois meses e o projeto ficava feito. Foi como o quartel da GNR; foi como o Solar dos Magalhães, desse não deixaram projeto; as margens do rio, não deixaram projeto; "N" investimentos e não deixaram projeto. Deixaram, se calhar, dois projetos. Foi, que eu me lembre, o Cine-Teatro e as Termas, acho que já havia projeto. Mas, quem fez as obras, foi o fazedor, o Dr. José Luís Gaspar, não foi o fazedor que estava antes. Isto são factos, ponto final, parágrafo. Quanto a isto, não há argumentos, podem vir com os argumentos da amálgama. *Vocês fizeram isto, mas falta ali um pararelzinho; fizeram aquilo, mas, estava mal*. Este argumento da amálgama, na política, toda a gente sabe como é. Meu amigo, há sempre coisas mal feitas, coisas por fazer, etc., etc.; mas, o Dr. José Luís Gaspar é um fazedor, coisa que vocês não fizeram antes; podiam ter feito, era bom, mas não fizeram, meus senhores. Fizeram outras coisas, isto não fizeram, certo? A maior relevância, não se esqueçam, ouviram o senhor Presidente da CCDRN dizer que, em Amarante, nos últimos dez anos, foram 98.000.000€ de investimentos. E sabe porquê? Porque vocês, para fazerem este investimento, nem que estivessem cem anos na Câmara, não o faziam. Sabe porquê? Porque o anterior senhor Presidente da Câmara, como os senhores bem sabem, para fazer um investimento destes,

com receitas próprias, nem em cem anos. E o então senhor Presidente dizia assim: *eu não vou aos fundos europeus, porque não quero malbaratar os fundos dos contribuintes europeus*. Como é que nós havíamos de investir? Pois claro, não fazia Cine-Teatro, não fazia nada, fazia o que podia fazer com as magras receitas próprias do Município. Não ir aos fundos europeus quando toda a gente aqui à volta foi, senhores deputados? Isto é uma tragédia que Amarante ainda vai pagar durante muitos anos. Esta estagnação e esta omissão é um crime político e um crime político que não se resolve numa geração. E Amarante ainda vai pagar isso durante muitos anos, até atingir a escala que já podia ter conseguido, há muitos anos. Depois, senhores deputados, perdoem-me, mas, com este tipo de atitude, só revelam algum sectarismo, porque nós, quando as coisas estão mal, devemos dizer que estão mal; mas, quando estão bem, dizer que estão bem. E os senhores podiam dizer aqui que isto foi muito bom, mas não conseguem fazer isso. E como não conseguem isso, para mim, na minha opinião, é sectarismo. E digo-lhes que, na minha perspetiva, quem, por sectarismo, ou quem não tem, pelo menos, uma visão abrangente, senhores deputados, desenganem-se, pois não conseguem ganhar o futuro. Por isso, da minha parte, senhor Presidente da Câmara, reitero as palavras do senhor deputado André Magalhães, congratulo-o a si e à Câmara Municipal por esta obra relevante para todos nós. Não é só para o PS, nem para o PSD, é para todos os amarantinos e para os que vierem de fora, que queremos acolher bem. Portanto, o dia 19 de setembro foi um dia grande para Amarante. Lamento que os senhores deputados do PS não tenham vindo registar este dia, que vai ficar na história da nossa Terra.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Só quero dar duas notas muito breves e no seguimento das intervenções antecedentes. E começo pelo fim, mais uma vez, senhor deputado António Araújo, eu estive na inauguração, até estivemos juntos, na fila da frente. E dizer que os 98.000.000€ do Município de Amarante, no âmbito do “Compete 2020”, o programa de financiamento europeu que vigorou de 2010 a 2020, incluía nesses 98.000.000€ os investimentos e as obras promovidas pelo Município, mas também os investimentos, que eram, a grande maioria, financiados, propostos e executados por entidades externas, por privados, por empresas, etc. Portanto, não são os 98.000.000€ de execução do Município. A não ser - e aí poderá ser uma dúvida minha, que espero que seja esclarecida, que estejam aqui, nestes 98.000.000€, os 70.000.000€ do “primeiro direito”, que eu presumo já estarem quase executados, o que está previsto na estratégia local de habitação. Então, a pergunta que eu faço,

nesses 98.000.000€, estão os 70.000.000€ do primeiro direito? Não? Presumo que não. Mas pronto, Dr. Araújo, é bom nós percebermos o que nos dizem, porque senão depois vimos para aqui dizer coisas que não são a realidade. Mas, relativamente àquilo que foi dito aqui pelo senhor deputado André Magalhães, que perguntou por quanto é que ficaria a obra do Cine-Teatro se tivesse sido feito o fosso de orquestra e se tivesse lá a casa artística, etc, eu faço esta questão: já viram se a obra tivesse sido feita em tempo útil? Sim, porque já estava pronta a ser lançada a concurso, em 2013. Já viram se tivesse sido feita antes da pandemia ou se tivesse sido feita antes da guerra da Ucrânia? Olhe, tiveram muito tempo para isso e dinheiro. E, só para terminar, de facto, quem não percebe que o tempo político é diferente do tempo dos políticos - estou a repetir o que disse há pouco -, mas, de facto, foi isso exatamente o que o Dr. António Araújo veio aqui fazer.” -----

----- O senhor deputado André Magalhães, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“Eu só gostava de dar algum contributo para o debate sobre o provisionamento dos fundos comunitários, que referiu o senhor deputado Torcato Ferreira, e lembrar uma coisa muito importante: uma parte muito significativa do montante foi com investimentos diretos do próprio Município de Amarante. Mas, convém também relembrar que, no quadro comunitário anterior, o Município de Amarante era o segundo município do Tâmega e Sousa com menor aproveitamento de fundos comunitários. Abaixo de nós, só o Município de Castelo de Paiva. E aconteceu até 2010. Estávamos naquela parte da tabela que desce de divisão, nos dois últimos lugares. Repito, só Castelo de Paiva estava abaixo de nós, curiosamente, também do Partido Socialista. Nós perdemos para Felgueiras, para Penafiel, para Lousada, para o Marco, perdemos para todos. Isto são dados da própria CCDRN. Deixe-me ainda complementar com uma coisa: os investimentos privados, com fundos comunitários - estamos a falar de IPSS, de clubes, de associações culturais -, foram feitos com apoio, com participação e até mesmo contrapartida financeira do próprio Município de Amarante. Até nesses investimentos temos mérito. Ainda apresentamos muitos outros, apresentamos muitas outras medidas que permitiram aos privados e outras entidades locais poder potenciar os seus investimentos. Até aí nós fomos diligentes e proativos. Portanto, retirar o mérito desse aproveitamento e dizer que nós não fizemos é simplesmente tentar negar aquilo que foi a realidade durante os últimos anos.”

----- O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“Só para um esclarecimento, porque também das assembleias municipais

se faz a história do Concelho e as atas são algo que fica registado e, portanto, um dia, quando alguém vier aqui estudar aquilo que se diz nestas assembleias municipais, terão de ter ambas as versões de quem opina diferentemente sobre o mesmo assunto. O senhor deputado André Magalhães, imagine que nós, na liga dos últimos, como estava a dizer, na década anterior, no tempo do QREN, de 2000 a 2010, não tínhamos feito as escolas que fizemos, os dois estádios municipais, o pavilhão desportivo – aliás, este foi feito anteriormente -, as intervenções na reabilitação urbana, nomeadamente no Largo São Gonçalo, e o Centro de Saúde? Enfim, todos os outros equipamentos que nós construímos, bem como as redes de água e saneamento, a Casa das Artes, a Casa da Juventude, a Central de Camionagem, a Costa Grande. Imagine que nós, sem esses financiamentos, mesmo jogando na liga dos últimos, em que não fomos lá buscar nada, enfim, imagine como seria se lá tivéssemos ido!” -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Só para dizer ao senhor deputado Torcato Ferreira que o dinheiro que foi gasto na reabilitação urbana do Arquinho, cerca de dois ou três milhões de euros, se o tivessem feito com o recurso a fundos europeus, teriam podido investir 10.000.000€. Percebeu, senhor deputado? Isto é mais uma omissão, que é um crime político.”-----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Ora bem, vamos lá ver se eu consigo responder a todos. Aliás, começando quase pelo fim, eu diria: entendam-se! Então nesta mesma sala, andaram durante muitos anos, passe a expressão, a bater no projeto do Cine-Teatro, porque diziam que o anterior é que era - e eu até disse, aqui, nesta mesma sala: meus senhores, ainda se vão arrepender! Vocês já estão a dizer que não havia projeto, ou havia um projeto e que eu o deitei fora, mas um dia vão dizer que me apropriei do mesmo. Meu dito, meu feito! Hoje, chegam aqui e, afinal, até eu aproveitei o projeto. E aproveitei, sim senhor, e alterei - foi aquilo que eu disse aqui, nesta mesma sala -, aquilo que se entendeu que devia ser alterado. A residência artística? Pretendia-se uma sala para os amarantinos, não era para ser mais uma residência de uma instituição e nós não poderemos usá-la. Depois, o fosso, porque, diziam os entendidos que nós não tínhamos condições para ter ópera. E, portanto, não fazia sentido aquilo ser usado só para a inauguração. Não valia a pena gastar tantos milhões. Foi esse o mote e, por isso, é que foi alterado. Mas, deixem-me dizer-lhes, tenho muito orgulho daquela obra e acho que todos nós, amarantinos, sejamos de

esquerda, de direita, sejamos o que formos, devemos ter orgulho nela e temos de fazer com que aquele espaço funcione. Aquela sala só vai funcionar se todos nós também participarmos no seu bom funcionamento. Relativamente a todas as questões que aqui me foram colocadas, sobre as AEC's, partilho que é preciso realmente uma atenção redobrada, porque é algo muito importante. Aliás, a informação que eu tenho é que, segunda-feira, vai começar. E começar uma nova experiência, tentando que tenha também a programação, além das línguas. Como sabem, já temos o mandarim e o inglês, tanto no pré-primário como no primeiro ciclo, e eu julgo que estamos a dar passos no sentido de melhorarmos cada vez mais o nosso ensino. Relativamente à rua central de Olo, dizer-lhes que está a decorrer o processo para a posse administrativa. Portanto, está no departamento jurídico, para podermos dar continuidade ao mesmo. Voltando atrás, aquela coisa de que eu não queria o cinema e queria o auditório ao ar livre, digo que estamos a fazer um, agora, e vai ficar lindíssimo. Se não viu, veja ali em frente à Caixa Geral de Depósitos; se se debruçar sobre o gradeamento, em frente, verá que está ali um possível auditório lindíssimo. Mas, deixe-me dizer também que, sobre o Parque Florestal, nem de propósito, ontem, em Chaves, encontrei a senhora diretora do ICNF, Arq.^a Sandra Sarmiento, que me dava a boa-nova de que vão começar as obras do parque. E eu disse-lhe que ainda bem, que só perde por tardio. Aqueles milhões que eram para ser investidos, mas, afinal, trocado por miúdos, aquilo não dá sequer para a rega integral do parque florestal. Mas o que interessa é que se faça. Tenho pena é que continuemos a penar. Aliás, eu tenho um empréstimo para poder reabilitar a casa, que não é para a Câmara, é para os escuteiros, e ainda está encravada em Lisboa. Eu disse-lhe que estava a ficar cansado. Já lá vão dez anos e continuam a usar politicamente a questão de um património que devia ser nosso. Nosso, entenda-se, dos amarantinos. A Câmara de Amarante está disposta a reabilitar aquilo, obviamente, dentro das suas capacidades financeiras, mas dotar aquele espaço, que é nosso, de outras condições que não tem neste momento. Como sabem, há muitos anos que o ICNF não faz lá qualquer investimento. Agora, vão lá com 300.000€, quando não dá sequer para o regadio! Portanto, senhor deputado, estou cansado também de os senhores deputados virem aqui aflorar a questão do parque florestal. Acho que é uma deslealdade, não é para comigo, é para com todos os amarantinos. Isto começou porque, em 2013, apresentei um projeto interessante para reabilitar aquele espaço. E a partir daí, há que utilizar politicamente aquele espaço. Isto é lamentável, meus senhores. Senhor deputado Torcato Ferreira, obrigado por enaltecer a obra do Cine-Tetro. Dinheiro? Por acaso, tem razão. O senhor está carregado de razão e eu vou dizer-vos o dinheiro que eu

encontrei. Não aquilo que, na altura, em campanha, diziam que era fruto da concessão das águas, onde havia dinheiro que ia ser revertido para a Câmara. A Câmara não recebeu dinheiro nenhum, a não ser aquilo que foi da candidatura feita por 6.000.000€. Estava aqui, na altura, o vereador com o pelouro do ambiente, em que a Câmara pediu um empréstimo e, depois, as Águas do Noroeste tiveram que devolver esse dinheiro e a autarquia amortizou o empréstimo. Nós não recebemos dinheiro por causa das águas. Recebemos, sim, uma grande dor de cabeça e, obviamente, algo que é tenebroso, o que está a acontecer com as águas, em Amarante. E eu espero que, comigo ou com quem vier a seguir a mim, consigamos reverter esta concessão. Eu espero mesmo que se consiga reverter, porque é um escândalo saber que, nos próximos 45 anos, não vai haver investimento em Amarante a não ser aquele que é proveniente de quadros comunitários, quando aquilo que é a receita arrecadada com o pagamento dos amarantinos, tem sido feito zero. E os senhores sabem disso, porque eu já contei aqui a história. Aliás, tive uma desavença com o então senhor Ministro do Ambiente, exatamente por causa desta situação. Mas, o senhor tem razão numa coisa, efetivamente, houve dinheiro que entrou, sabe qual foi? Foi o facto de, ao entrarmos aqui, em outubro, e haver algo que está a acontecer agora, também, que é o *overbooking*. E este cidadão e todo o executivo que o acompanhou decidiu - porque tínhamos até 10 de janeiro para ir buscar dinheiro, ou seja, candidatar-nos - pegar nas obras em que não tiveram capacidade para as submeter e fizemos nós a candidaturas. Aliás, na altura, os técnicos disseram que eu podia ir buscar 10.000€, dum parque de estacionamento que tinha sido reabilitado. Eu chamei os técnicos todos para uma reunião - e o senhor também era chefe, na altura - e pedi logo, na primeira semana que entrei: *está aqui a legislação, vamos aproveitar para ir buscar dinheiro*. Dei uma semana para analisarem a lei. Passada essa semana, chegaram ao pé de mim, dizendo que havia 10.000€. Como devem compreender, fiquei agastado. Então eu e mais alguém que contratei, mais alguém que pediu mobilidade para Amarante, fizemos as candidaturas. E realmente veio o dinheiro, o tal dinheiro que o senhor deputado disse que eu encontrei nos cofres. Vieram, provenientes do *overbooking*, 4,5M€. Está a ver que nós ainda fomos buscar dinheiro ao QREN. Alguém deu os parabéns a este executivo? Deviam ter dado, porque tivemos capacidade de fazer o que outros não fizeram e que eu criticara, enquanto oposição. Por exemplo, em 2007, havia, para a reabilitação urbana, 10.000.000€ - e eu disse muitas vezes, que 1.500.000€ que estava a ser investido no Arquinho seria o suficiente para a contrapartida nacional e investir 10.000.000€, em Amarante. O que é que o Município fez? Zero, não fez a candidatura. Quando

eu, na altura, não sei se o disse a V. Ex.^a, mas disse a vários colegas seus, que, na lei, dizia, bem claro, que Amarante fazia parte do elenco de cidades médias com a possibilidade de aproveitar e Amarante não aproveitou. Isto, sim, é que é danoso para Amarante, isto é que envergonha. Não estou a dizer que era o senhor deputado, que era técnico, se calhar não tinha força política para se impor e, se calhar, até teria vontade que fizessem as candidaturas. Mas o que é certo é que não fizeram e, agora, vêm com as escolas! Quando eu cheguei, não tínhamos escolas. Tinha as escolas da Madalena, Travanca e Van Zeller, sendo que, na altura, esse quadro comunitário, como sabe, foi importante para os municípios, em que todos eles, excetuando Amarante e Castelo de Paiva, fizeram os centros escolares. O resto, toda a gente cumpriu integralmente aquilo que era a sua carta escolar. Tanto é que nós chegamos e, repare, já fizemos cinco escolas, julgo, e ainda nos falta fazer três. Mas, para essas três, será necessário muito esforço, pelo que espero que, neste novo quadro comunitário, nos possam ajudar. Até agora, tem sido com muito esforço da Câmara Municipal de Amarante. Claro que tivemos a sorte, também é verdade, de podermos ir buscar muito dinheiro, em *overbooking*. Mas fomos buscá-lo, nomeadamente para as primeiras escolas que fizemos, que até acabou por ser pago a 100%. Mas foi porque o fizemos, não porque constava da lei que o íamos receber. Portanto, relativamente a essa matéria, meus senhores, quando sair daqui, saio sem receio de virem cá, mais tarde, dizer que o Presidente da Câmara, de 2013 a 2025, não soube aproveitar os financiamentos. Muito pelo contrário, ireis recordar-vos, seguramente, de muito daquilo que foi a política de atração de investimento, em Amarante, em que eu tenho a honra de fazer parte dessa equipa. E que vou continuar a fazer, assim como também vou continuar a fazer projetos, muitos já estão prontos, para o presente e para o futuro. E também irei continuar a contratar aqueles que eu entendo que me possam assessorar. O programa e o contrato que fizemos com a Simbiose foi cumprido, naquilo que era a sua dimensão, nomeadamente no apoio à gestão da programação cultural, assim como no planeamento e no acompanhamento das obras do Cineteatro, naquilo que foi contratado e, portanto, sim, foi cumprido. Sobre a fiscalização do trânsito, não é ainda uma competência da Câmara Municipal regular o trânsito e de passar multas, mas sim da GNR, que terá de fazer o seu trabalho, relativamente ao estacionamento. Mas, também, deixe-me dizer uma coisa, ainda esta semana pedi à GNR para interceder, por exemplo, no Largo de São Pedro. Porque é vergonhoso que, agora, quando há estacionamento mais abaixo, continuem lá a estacionar mal, pelo que pedi à GNR para tomar medidas. Não tenho problemas em o dizer aqui. Filo e continuarei a fazê-lo, sempre que alguém prevaricar e espero que os

senhores façam também o mesmo. Quando virem que está mal, apelem para que exerçam aquilo que é o seu dever, neste caso, da GNR e não da Câmara Municipal de Amarante. Sobre a rotunda e a escultura da viola amarantina, eu já expliquei qual era o processo, onde é que iria ficar aquela escultura. O que vamos colocar na próxima, ainda não sei. Sobre o trânsito na Avenida General Silveira, nós tomamos a decisão de, até 31 de dezembro, continuar com trânsito proibido. Até lá, iremos preparar a decisão, auscultando toda a gente. Eu tenho uma opinião própria, mas, acho que todos devemos refletir um bocado. Nós temos gente a dizer uma coisa e o contrário da mesma. Portanto, qualquer decisão - e aqui não tem a ver ser de um partido ou do outro -, tem a ver com aquilo que é o nosso pensamento da cidade, se devemos ser uma cidade muito mais pedonal ou se devemos ter o trânsito aqui. Ainda na última reunião de Câmara, tivemos a oportunidade de apresentar um estudo elaborado pelo Professor António Babo, para uma nova ponte, para ver se podemos tornar a cidade muito mais pedonal. Há uma proposta que me parece interessante, para fazer um anel à volta da cidade, que eu acho que falta em Amarante. Acho que, desde há muitas décadas, falta fazer um anel circular, para permitir tirar o trânsito do centro. E, claro, ainda falta fazer mais estacionamento, pelos menos, mais dois parques ainda são precisos, para que, em todos os quadrantes, ninguém tenha desculpas para dizer que fica longe do carro. Eu costumo dizer que fazendo mais dois parques de estacionamento, ficamos a dois minutos de qualquer ponto da cidade. A partir daí, não há desculpas para ninguém, mas isto é uma matéria que eu julgo que todos nós temos de pensar um pouco, porque são decisões difíceis. Porque envolve também os comerciantes, envolve uma série de pessoas. Agora, quero fazer uma correção à intervenção do senhor deputado Torcato, relativamente ao primeiro direito. Nós, em termos de fundos, temos 36.000.000€, que ainda não estão executados, como sabe. Vai ser algo complicado, porque a construção está difícil, mas estamos a trabalhar nisso.”-----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Queria falar, porque o senhor Presidente da Câmara referiu-se à minha pessoa, no tempo em que exerci funções aqui, no Município, e espero vir um dia exercer exatamente as mesmas funções ou outras semelhantes, decorrentes da minha carreira. E, portanto, eu acho que, da forma como o fez, tenho o direito de defesa da honra e em que termos essa minha participação aconteceu.”-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu tenho muito respeito pelo senhor deputado, mas não tenho nenhuma

consciência e julgo que até que os colegas do seu partido, bem como os do PSD e do CDS não viram, em momento algum, que o senhor tenha sido ofendido na sua honra, e, portanto, o senhor não tem motivos para poder falar.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra a senhora Maria Isabel Mesquita Vieira Osório, que proferiu a seguinte intervenção: -----

----- “Fui aluna do Colégio São Gonçalo, durante oito anos; portanto, entrei naquela casa aos dez anos de idade, donde saí para me licenciar, regressando àquela casa, onde fui professora, durante 25 anos. Retirei-me da casa por razões que um dia poderei explicar, a quem estiver interessado. Mas, a razão da minha presença aqui é outra - e ainda bem que aqui foi discutida a questão da rotunda que se encontra no final da rampa do colégio - para sugerir e fazer um pedido a todos, independentemente da cor política. Entendo que o senhor Padre Clemente marcou-nos a todos, de alguma forma; ou porque temos lá filhos, ou porque fomos lá profissionais, ou porque temos lá as esposas ou algum neto, quem quer que seja, o senhor Padre Clemente marcou esta sociedade e ajudou muitas pessoas a chegar onde estão hoje. Alguns, filhos de gente humilde, que nunca teriam qualquer alternativa, se não fosse aquela casa. Isto pela ação do senhor Padre, que foi muito carinhoso. Tive muitos colegas de origem muito humilde, que frequentaram o colégio, sem qualquer pagamento. Por isso, eu tenho de pedir a todos para que seja colocado um busto, ou uma estátua, do senhor Padre Clemente e que a rotunda seja batizada com o seu nome, uma vez que é o ponto de acesso à casa que ele construiu, ao Colégio São Gonçalo. É só este o meu pedido.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação.-----

1. Relatório de atividades e situação financeira do Município - Para conhecimento; -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “A primeira abordagem ao primeiro ponto da ordem de trabalhos para dizer que o Partido Socialista acredita que o poder local é fundamental no combate às alterações climáticas. Nos dias de hoje, as políticas ambientais constituem-se uma prioridade para todas as cidades. Os planos municipais do clima também visam o envolvimento das comunidades no debate e na construção de uma política ambiental. Senhor Presidente da Câmara, neste âmbito, perguntamos: qual o

ponto de situação, no que concerne à elaboração deste importante documento, e se estão reunidas todas as condições para cumprir com o prazo de execução, que é fevereiro de 2024?-----

----- Outra matéria também importante na atualidade é a habitação, por isso, urge perguntar: quantas habitações estão em fase de projeto, ou de obra, no âmbito do primeiro direito, no Município de Amarante? -----

----- Para concluir a nossa intervenção neste ponto, sinalizamos a necessidade de uma atuação do executivo nos domínios das pequenas obras, reparações e limpezas de vias, espaços e salubridade pública, em vários sítios de Amarante. Assim sendo, destacamos os mais importantes e preocupantes. Começamos pelo capítulo de limpezas de vias, espaços e salubridade pública: Rua de Capitães de Abril - localizada junto Parque Termal das Murtas de acesso à Praia Aurora, encontra-se com os passeios cheios de vegetação e com um muro de suporte ao referido Parque Termal tomado por silvas. Salienta-se que é local de grande beleza natural, com equipamentos públicos e banhado pelo ex-libris de Amarante, que é o rio Tâmega. A presente situação não é, de certeza absoluta, o postal que melhor enobrece a cidade de Amarante; Quelha das Garridas - situada entre o rio Tâmega, e a antiga rua da Cadeia, encontra-se cheia de vegetação e com um cheiro nauseabundo; rua Pedro de Alvellos - principal acesso ao Parque de Campismo - os passeios estão intransitáveis, devido ao mato existente nos mesmos; Escola Secundaria de Amarante - o passeio está repleto de matagal, em vários locais, nomeadamente, junto aos contentores do lixo, encontram-se espalhados detritos e lixo no passeio e na rua. -----

----- No capítulo das pequenas obras e reparações: rua Padre Álvaro Morais Ferreira, mais concretamente junto ao Modelo-Continente, desabou, há meses, um muro de suporte que comunica com umas escadas, que coloca em perigo os transeuntes desta rua, que são muitas pessoas; equipamentos desportivos em degradação, nomeadamente no Complexo Desportivo da Costa Grande e Piscinas Municipais; rua Pedro de Avellos, de acesso ao Parque de Campismo - na faixa de rodagem, encontra-se uma rachadela no pavimento e um coletor de saneamento está extremamente danificado. -----

----- No capítulo da sinalização e segurança rodoviária: em várias ruas da cidade e em todo o concelho, há uma necessidade urgente de fazer o avivamento da sinalização horizontal e da reparação da sinalização vertical. A segurança rodoviária é um elemento importante numa cidade moderna.-----

----- Exm.º senhor Presidente da Câmara, Amarante é, hoje, uma cidade com um aspeto mal cuidado. Em pequenas coisas que não necessitam de grandes

meios financeiros para solucionar os problemas existentes, que, diga-se, não são esporádicos ou pontuais, mas tornaram-se uma rotina no quotidiano dos Amarantinos. O Partido Socialista espera resolução dos problemas apontados o mais rápido possível.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Sobre a questão da limpeza urbana, como sabem, há um concurso a decorrer e, se tudo correr bem, terá início, em janeiro de 2024, a prestação de serviços de limpeza urbana. Por enquanto, temos de trabalhar com a prata da casa, sendo que há alguns constrangimentos com os recursos disponíveis; os recursos humanos com uma média de idades avançada, com muito absentismo; viaturas com algum uso e com problemas que exigem manutenção. Tem sido admitida muita gente, mas não o suficiente, sendo que o grau de exigência deste serviço é cada vez maior. Ainda me recordo de limparmos o espaço público em frente das nossas casas, mas, agora, não é assim. E também falo pelas juntas de freguesia, onde, ainda esta semana, um presidente de junta se mostrou agastado, porque nem com a parceria da Câmara Municipal consegue dar resposta. Isto porque, efetivamente, o grau de exigência é cada vez maior. Os recursos humanos são mais caros, os equipamentos mais caros, a gasolina mais cara, enfim, isto começa a ser complicado e, portanto, é natural que aqui e ali possa haver alguma vegetação. Mas, como disse, a partir de janeiro, em princípio, essa questão ficará resolvida. Relativamente aos projetos do programa primeiro direito, nós temos vários que estão a ser concretizados, tendo já sido feita as candidaturas, nomeadamente para a comunidade cigana; abrimos um concurso para empresas de arquitetura se candidatarem a realizar os projetos para adaptação de antigos edifícios escolares; em Louredo, julgo que são sete frações, também já está pronto para candidatar; também nos associamos a privados, por exemplo, em Vila Meã, onde o bairro Brasil também está pronto para candidatar. Estamos a trabalhar nessa matéria, estão identificados alguns pontos, aliás, os/as presidentes de junta fizeram um trabalho meritório, na identificação e sinalização das famílias que precisavam de ter apoio e, portanto, estamos a trabalhar nesse sentido. Depois, há aí um conjunto de questões que fala, e bem, de algumas reabilitações, sinaléticas, que, a seu tempo, irá ser feito. Não lhe consigo dar agora uma resposta, mas já expliquei que este é um ano em que estamos com alguma parcimónia, sendo que, na discussão do orçamento, dissemos que tínhamos de cortar de 9.000.000€ ao mesmo, e, portanto, há aqui alguma dificuldade para podermos abraçar alguns projetos, porque faltam as verbas. Aliás, estamos à espera do que virá aí. Vai haver um

congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, vamos lá ver se desta é de vez. Aliás, deixem-me partilhar convosco o que é a transferência de verbas para os municípios. Tanto se fala da troika - e a troika, realmente, tirou-nos bastantes verbas, na altura, inclusive aos autarcas, que ainda não foram repostas. Também a transferência do FEF para os municípios que, na altura, passou de mais de 25% para 19%, ou seja, mais de 6% que foi cortado ao Município e não foi repostos. Aliás, lembro-me de, nesta sala, o então Presidente da Câmara, e bem, dizia não saber como é que iam fazer obras, porque ainda era um corte significativo, meus senhores. Além de não terem atualizado os valores, ainda não repuseram o que cortaram, julgo que foi em 2011. E isto é muito grave, porque é muito dinheiro, que, seguramente, daria para essas obras todas que o senhor aqui falou e para muito mais. Já pedi para ver, concretamente, quanto é que corresponde a diferença de financiamento, mas estamos a falar de muitos milhões. Esta é a verdade, senhor deputado, mas, se o senhor acha que não é, não o vou contradizer, o senhor é que é o dono da verdade, não sou eu, mas eu estou-lhe a dizer que é assim. O orçamento é curto, mas tem toda a pertinência em chamar a atenção daquilo que é necessário fazer. Acho muito bem e nós, a seu tempo, iremos fazer, até porque também temos vontade que as coisas sejam feitas.”-----

----- O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:-----

----- “Bem, eu fiquei surpreendido. Não percebo muito de orçamento, mas, de facto, falar em milhões para executar obras de pequena dimensão não me parece que seja uma coisa muito realista. De qualquer das formas, senhor Presidente, eu convido o senhor a passar na Escola Secundária e, independentemente de haver constrangimentos a nível de pessoal, aquilo não é uma situação normal num edifício de ensino. E outros locais, como o parque termal e o parque de campismo, que são edifícios públicos que requerem uma limpeza e não me parece que seja tão difícil fazer isso, senhor Presidente; por muitas voltas que queira dar, não é difícil executar esse tipo de trabalho. E aquilo que se está ali a passar, senhor Presidente, se acha que estou a exagerar, passe lá, é aqui perto. Eu fui lá, não sou de ouvir e dizer. E vi que, por baixo do parque termal, até uma figueira ali cresceu. Por isso, não é de agora, foi de há uns meses largos. Também passei, por exemplo, junto à Escola Secundária e tinha lixo e detritos ali espalhados, o que põe em causa a salubridade pública. Por isso, as outras questões, como a segurança junto ao Modelo, percebo que seja mais difícil, porque requer um projeto, requer contratação pública - eu percebo isso, independentemente de tudo, percebe-se -, mas, o resto, não será assim tão caro. E eu não vim aqui fazer um *soundbit* a

dizer que a cidade está mal cuidada, como também não tenho nenhum interesse em dizer mal de Amarante. Agora, que é verdade que está mal cuidada, nos últimos meses, disso não tenho dúvidas nenhuma.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Relativamente a isso, está adjudicado e, julgo que, em fevereiro 2024, acredito, estará pronto. Relativamente ao muro, o projeto está pronto, pelo que agora só será preciso cabimentar as verbas para avançar.” -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

2. 13.ª Modificação Orçamental - 4ª (Revisão) aos Documentos Previsionais do Ano 2023 - (Registo n.º 7978/2023/09/13).-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Só para dar nota que, relativamente a esta modificação, se trata, no essencial, de uma incorporação de receita e despesa na área da saúde, por causa da transferência de competências. E é bem verdade que os municípios tiveram, desde 2016, um forte impacto, em termos orçamentais, de receita e de autonomia para desenvolver obras e fazer mais coisas. Trata-se também de uma situação das luminárias, que não tinham um levantamento correto, ao que sei, e incorporar essas luminárias para termos mais luz. E até aconselhava, se me é permitido, embora não seja neste ponto, que, agora que a noite cai mais cedo, se ligue um bocadinho antes, para garantir a segurança. Dado que neste ponto em apreço estão projetos entretanto aprovados por esta Assembleia Municipal, o Partido Socialista vai votar favoravelmente.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a 4.ª Revisão aos Documentos Previsionais do Ano 2023, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto, por estarem ausentes da sala, o senhor deputado José Joaquim Teixeira e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

3.-3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2023 - (Registo n.º 17175/2023/07/18). -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Da leitura que se fez deste ponto, trata-se de incorporar no mapa de pessoal quatro técnicos superiores, a termo certo, correspondendo ao projeto *radar social*, financiado pelo PRR, também como instrumento de georreferenciação social e outras valências que vai ter durante este período. Entende o PS também votar favoravelmente este ponto.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2023, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado José Joaquim Teixeira, por se encontrar ausente da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado José Joaquim Teixeira, por se encontrar ausente da sala.-----

4.-Alterações à estrutura orgânica dos Serviços do Município de Amarante
- Abono de despesas de representação - Designação de júri de recrutamento - (Registo n.º 6834/2023/08/02). -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Em relação a este ponto, o Partido Socialista vai abster-se, atendendo a que é uma alteração orgânica e isto cabe a Câmara Municipal que está em funções executar. Assim será, espero eu, em 2025, com o Partido Socialista. Nesta matéria, nós temos tido este sentido de voto, e bem, porque a Câmara Municipal deve ter todos os instrumentos para poder governar bem o Município.” -----

----- **O senhor deputado André Magalhães, do Grupo Político Municipal**

do PSD, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"Quero reforçar aquilo que acabou de ser dito. Ou seja, existe a necessidade do executivo camarário de poder adaptar a estrutura orgânica àquelas que são as necessidades e os desafios que vão evoluindo ao longo do tempo. E tem sido feito esse esforço, de forma bastante sustentada, melhorando os serviços e promovendo alterações para melhor servir a população amarantina. Gostava de fazer um breve realce de um aspeto – naturalmente, não é segredo para ninguém, é uma dimensão que me é particularmente cara e acho que é muito relevante naquilo que é o trabalho desenvolvido pela coligação afirmar Amarante -, que diz respeito à constituição da divisão para a InvestAmarante, que até aqui era uma equipa multidisciplinar, e que vem simplesmente reforçar aquela que tem sido a aposta do Município em fazer com que o desenvolvimento económico local seja uma das suas principais bandeiras e prioridades do executivo. E para que isso aconteça, ela não pode ser feita só de discursos e de retóricas, mas tem de ser feita com a alocação de equipas especializadas, que possam auxiliar o executivo e toda a estrutura camarária a ter os melhores projetos e as melhores políticas nesta matéria. E que possam também ser interlocutores capacitados para todos aqueles que são, não só os investidores que querem vir para o concelho e os empresários que já cá estão, mas também todos aqueles que podem ser agentes económicos ativos da nossa economia local. É importante realçar que esta estrutura, em particular, já tem dado muitos frutos e é uma referência dentro daquilo que é o contexto da gestão autárquica local. Hoje, felizmente, o Município de Amarante pode ser visto em vários fóruns como um bom exemplo naquilo que tem feito ao longo dos anos. E espero que esta mudança possa permitir ainda mais novas conquistas. Estamos certos que assim será." -----

----- O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"Antes de proferir a minha intervenção sobre este ponto, gostaria de propor aqui algo que pudesse, de alguma forma, mudar um pouco o paradigma daquilo que é o debate na Assembleia Municipal. E tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal também o papel de promover a democracia e o debate, enfim, todo o processo democrático que deve subsistir e estar presente nesta casa, eu acho que seria profícuo fazermos duas pequenas alterações. Fica a ideia, obviamente, e depois podemos refletir mais à frente. Uma delas é que as assembleias municipais pudessem, tal como se faz na esmagadora maioria dos municípios, ser transmitidas *online*, em *streaming*. Acho que isso é o que se faz e penso que a própria lei até impele a que isso aconteça e, portanto, todas as

peessoas que não têm oportunidade de assistir aqui, nos pudessem seguir a partir de casa. O segundo aspeto é que, em cada ponto, deveria vir aqui alguém da Câmara Municipal apresentá-lo. E não como aconteceu agora, em que o ponto foi apresentado pelo senhor deputado Cândido Zoio e pelo senhor deputado André Magalhães. Acho que devia ser alguém da Câmara, o senhor Presidente ou quem ele entendesse, vir aqui apresentar todos os pontos e falar sobre os motivos pelos quais é assumida esta ou aquela opção e não outra. Portanto, algo que esteja para além daquilo que está nos próprios documentos. Acho que assim é que o debate se enriquecia. Terminado o introito, eu gostaria só de referenciar duas coisas. Uma, muito simples, que corroboro também com aquilo que já aqui foi dito. Obviamente que a estrutura orgânica do Município é da responsabilidade do executivo, para que não haja álibis para que o Município não faça aquilo que é o seu propósito. Portanto, se ele entende que esta estrutura é mais adequada para prosseguir o seu programa, muito bem, acho que não devemos obstaculizar isso. Contudo, gostaria de dar uma pequena nota. Penso que este Município usa e abusa da figura das equipas multidisciplinares e não tenho nada contra as equipas multidisciplinares. Porquê? Na forma como elas são constituídas, elas são equiparadas a chefias intermédias de segundo grau, ou seja, chefias de divisão. E olhando para a sua função, a sua missão e o quadro de pessoal associados a cada uma das equipas, elas são verdadeiramente unidades intermédias de segundo grau, ou chefias de divisão. Porque é que não se assume, de uma vez por todas, no organograma da Câmara, criar a divisão A, B, C e D? Em vez de andarmos aqui com equipas multidisciplinares, que não são nada equipa multidisciplinares, são equipas específicas, são unidades específicas para desenvolvimento de determinada tarefa, determinada função. E, portanto, tal como o meu partido, vamos abster-nos na votação da alteração da estrutura. Mas, o que é certo é que, de facto, acho que podemos assumir esta circunstância, senão parece que estamos aqui a falar de uma coisa que, verdadeiramente, não é. A única diferença da equipa multidisciplinar, tal como ela está proposta, é que o chefe, que tem o mesmo vencimento, as mesmas ajudas de custo e o mesmo estatuto, é nomeado; se for chefe de divisão, pode ser nomeado em regime de substituição, mas, depois, tem de se abrir concurso, para dar provimento a quem ocupar essa unidade. Portanto, proponho que, no futuro, se repense essa questão e se façam equipas multidisciplinares em regime de exceção e não em regime recorrente, em que agora tudo são equipas multidisciplinares, quando uma estrutura orgânica, bem definida e bem estruturada, é muito mais transparente, muito mais clara para quem observa a estrutura municipal.”-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou aprovar a atribuição de despesas de representação à/ao titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau que venha a ser provida/o, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Mais deliberou, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da citada Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designar, como proposto pela Câmara Municipal, o júri de recrutamento para os cargos dirigentes a recrutar no ano 2023, composto por: -

----- Presidente: Mestre Rui Manuel Moutinho Ferreira, Diretor do Departamento de Administração Geral do Município de Amarante. -----

----- Vogais: Dr.ª Maria do Rosário Neves Pereira Correia Machado, Diretora do Departamento de Cultura do Município de Amarante, e Dr.ª Carla Mónica Marques Teixeira Pereira Afonso, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do Município de Amarante. -----

----- Vogais Suplentes: Dr. Pedro Mota e Costa, economista, docente do ensino superior, investigador do Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais (NEDAL) da Escola de Direito da Universidade do Minho; Dr. José António Rodrigues Gonçalves, Chefe da Divisão de Serviços Jurídicos e Fiscalização do Municipal de Amarante. -----

----- Esta deliberação foi tomada por: 28 votos a favor, 22 abstenções, do Grupo Político Municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto a senhora deputada Ercília Costa, por se encontrar ausente da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto a senhora deputada Ercília Costa, por se encontrar ausente da sala. -----

5.-Contrato de Gestão de Eficiência Energética n.º 42/2019 – Repartição de encargos em mais que um ano económico – (Registo n.º 20036/2023/08/29). ----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Este ponto trata de uma nova avaliação daquilo que falei das luminárias e, portanto, nós até votamos favoravelmente a revisão orçamental e, assim, neste ponto, o PS também vai votar favoravelmente.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º

197/99, de 8 de junho, deliberou autorizar a assunção dos encargos adicionais ao longo dos vários anos económicos da vida útil do contrato registado sob o n.º 42/2019, ou seja, 12 anos contados a partir de 3 de julho de 2019, aprovando assim a repartição de encargos referentes à despesa em causa, a operar por reprogramação à GOP 2019/A/87, através do reforço de dotação em cada um dos anos económicos de 2024 a 2031, no montante de 25.000€/ano, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

6. Regulamento Municipal do Programa de Arrendamento Acessível - (Registo n.º 5214/2023/06/20). -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "O Regulamento Municipal do Programa de Arrendamento Acessível esteve em consulta pública, onde não houve qualquer contributo, pelo que o PS votará favoravelmente." -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Antes de mais, dizer que este regulamento que agora nos é apresentado é um regulamento bem-intencionado. É um regulamento que decorre dum programa nacional, que é o programa de arrendamento acessível, que, de alguma forma, é a lei habilitante, o programa chapéu deste programa municipal. Há, contudo, duas coisas, na minha perspetiva – e com isto faço também uma crítica ao programa nacional -, ou seja, o programa municipal de arrendamento acessível financia, exatamente, nos mesmos moldes do programa nacional. Aliás, os fundamentos e o enquadramento são exatamente os mesmos. E financia exatamente nos mesmos moldes, com os mesmos requisitos, para quem se pode candidatar e para quem pode colocar casas no arrendamento, é exatamente o mesmo pressuposto. Contudo, penso que está inquinado de duas enfermidades. A primeira, é que o programa nacional financia os senhorios que queiram pôr a sua casa no programa, para poderem ser arrendadas a pessoas que preencham os requisitos, proporcionando uma isenção no IRS e no IRC. E o programa municipal, penso eu, foi assim que entendi, isenta no âmbito do IMI. De alguma forma, as pessoas que

se candidatarem ao programa de âmbito nacional têm uma isenção de IRS e IRC e, adicionalmente, no programa municipal, terão isenção no IMI. Penso que é este o enquadramento. Lá está, devia ser alguém da Câmara Municipal a explicar isto, para todos percebermos o que estamos aqui a falar. A diferença do programa municipal para o nacional, é que o nacional pode apoiar diretamente o inquilino ou o senhorio que tenha a casa, podendo haver um acordo direto, enquanto no municipal, o Município é que vai intermediar; portanto, o Município arrenda as casas e depois subarrenda-as aos particulares. Eu percebo o alcance da medida. Com isto, garante ao senhorio que vai receber a sua renda, penso que é esse o grande objetivo. Contudo, penso que nós fomos mais papistas que o Papa, quisemos um regulamento com esta bondade, que eu reconheço querer alargar o apoio com isenção do IMI, mas podia ter ido muito mais além. Porque, em termos de limites, no arrendamento, é, no máximo, para um T0, de 200€, ou à volta disso, e um T5, de 600€. Depois tem escalões, para T1, T2, T3, enfim, como está nos documentos. Ora, a crítica que eu faço ao Município, também a faço ao programa nacional, é que está desajustado daquilo que é a realidade do arrendamento, no país. Nós sabemos como é vocês chegaram lá, em que a lei nacional diz assim: nós financiamos, desde que o inquilino pratique uma renda 20% abaixo daquilo que é o valor de referência na região. Aplica-se uma fórmula e a fórmula dá aquele valor. Bem, mas o Município podia ir além dessa fórmula, portanto, esta é mais uma daquelas políticas, daquelas medidas, enfim, este é um daqueles regulamentos que foi criado com muita boa intenção, mas, depois, na prática, não vai ter ninguém que vá aderir a ele. Espero estar enganado.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar o Regulamento Municipal do Programa de Arrendamento Acessível, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

7.-Alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante - Voluntariado jovem - (Registo n.º 7962/2023/09/13). -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Pedro Ribeiro, do Grupo Político Municipal do**

PS, proferiu a seguinte intervenção:-----

-----"Esta alteração ao Código Regulamentar permite estender aos mais jovens o programa voluntariado jovem, nomeadamente a estudantes de mestrado não integrado. O que é bom e permite não só que mais jovens se possam candidatar a este programa, mas também permite o aumento de práticas de cidadania ativa entre os jovens amarantinos e as instituições e as organizações existentes em Amarante, bem como ter um melhor rigor nos critérios de seleção, valorizando aquelas e aqueles que se candidatam pela primeira vez. Eu sou da opinião que Amarante precisa muito de uma juventude ativa, criativa, preocupada e envolvida na dinamização e no futuro da cidade. Precisamos muito disto, de estimular a nossa juventude, discutirmos ideias, novas soluções e implementá-las. Aproximar a nossa juventude ao seu dever cívico e às organizações é uma responsabilidade de todas e de todos nós. Aproximação essa que também considero estar hoje a perder-se e, por isso, temos todos a obrigação de combater isso. Portanto, é com bons olhos que vemos esta alteração, mas com a esperança, também, de podermos tornar este programa diferente, mais criativo, que aproxima os jovens às instituições e referir também que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta."-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a suspensão dos artigos V/150.º a V/160.º, Capítulo IX, do Código Regulamentar do Município de Amarante, conforme proposta da Câmara Municipal, suspensão esta a vigorar até à entrada em vigor da alteração remetida para discussão pública.-----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade.-----

----- Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

8.-Ampliação do Cemitério da freguesia de Telões – Afetação de parcelas de terreno ao domínio público municipal - (Registo n.º 10135/2023/05/02).-----

----- O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:-----

-----"Queria apenas dar uma nota sobre este ponto, que me parece essencial. Sabemos que há uma necessidade permanente, em termos de cemitérios, infelizmente, porque a nossa população cada vez está mais envelhecida e o espaço disponível é cada vez mais diminuto. Vemos com bons olhos a incorporação deste

terreno no cemitério de Telões, como também deve a Câmara Municipal fazer força, juntamente com as outras freguesias que solicitam ampliações de cemitérios, para que se avance rapidamente. Portanto, o PS votará favoravelmente esta proposta.” -

9.-“**Sonorgás - Sociedade de Gás do Norte, S.A.**” - Autorização para alienação de ações – Autorização para alienação de ações – Registo n.º 21307/2023/09/13).

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra.-----

----- A Assembleia Municipal, no uso das competências que lhe são conferidas pelo n.º 1 do artigo 61.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, deliberou autorizar a alienação das 666 ações detidas do capital da “Sonorgás – Sociedade de Gás do Norte, S.A.”, ainda que, mediante aquisição potestativa do adquirente “Novus Energies Portugal, Lda”, sendo que, essa autorização de alienação, e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 156.º do CPA, tem efeitos retroativos à data de 15 de setembro de 2023, data em que ocorreu a aludida aquisição potestativa, de acordo com a proposta da Câmara Municipal.-----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

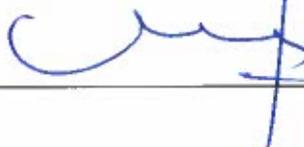
----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade.-----

----- Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e dez minutos.---

----- Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 14.12.2023, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

